

**POR UMA ARQUEOLOGIA NÃO
COLONIALISTA: ENTREVISTA
COM PAULETTE STEEVES***



É com prazer que a revista *Habitus*, em sua edição de 2023, volume 21, n. 1, abordando o tema Povos Originários, traz a entrevista com a Dra. Paulette Steeves, uma pesquisadora indígena que tem realizado contribuições significativas no campo da Arqueologia em temporalidades profundas e não colonialista. A entrevista foi concedida no início de março de 2022 aos professores Antonio Pérez-Balarezo, Hudson Jesus, Jorge Eremites de Oliveira, Luana Campos, Marlene Ossami de Moura, Marcos Paulo de Melo Ramos e Sibeli A. Viana.

Paulette Steeves é arqueóloga indígena, de descendência dos povos Cree-Meti. É professora associada da Universidade Algoma. Recebeu diversas homenagens, como o título *Honors Cum Laude*, em 2000, da Universidade de Arkansas e premiada como titular de Cátedra de Pesquisa do Canadá, nível II, em *Indigenous History Healing and Reconciliation*.

A entrevistada ministrou cursos de Antropologia em diversas universidades, focando sobre a soberania dos nativos americanos e sobre a antiguidade do povoamento humano nas Américas. Em seu último livro, *The Indigenous Paleolithic of the Western Hemisphere*, publicado em 2021, ela defende a ocupação humana no continente americano em período Pleistocênico, portanto, antes do modelo Clovis First. Nessa obra, Steeves também reforça a importância da descolonização da academia e da

* Recebido em: 24.04.2023. Aprovado em: 25.06.2023.

A tradução da entrevista foi realizada por Elton Rigotto, bacharel e licenciado em História (IFCH / Unicamp - 2012), Mestre em Ensino de História (IFCH / Unicamp - 2018) e doutorando em História no IFCH/Unicamp. Membro da equipe do Laboratório de Arqueologia Pública “Paulo Duarte” (NEPAM / Unicamp) e do Grupo de Trabalho de Arqueologia Pública sobre o DOI-Codi/SP. E-mail: eltonrigotto@gmail.com. Agradecemos a FAPES pela contribuição financeira para tradução do texto (Processo: 2019/06579-7).

produção de conhecimento para o pleno reconhecimento da diversidade cultural e temporal dos povos originários americanos do passado e do presente.

Antonio Perez Balarezo: Sou um mestiço caucasiano, formado em Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidad Nacional Mayor de San Marcos em Lima, Peru. Esse contexto me levou a ter contato com a sociologia de Aníbal Quijano e, conseqüentemente, a ser altamente sensível à proposta da colonialidade do poder e do saber desde que entrei na academia. Assim, como alunos, entendemos que a racionalidade tecnocientífica da América do Norte era uma espécie de modelo único de produção de conhecimento que se estendia por todo o continente americano. A América do Sul seria, portanto, apenas uma periferia, nutrida e “contaminada” pelo norte geográfico e político. Depois de uma década, já pré-historiador, especialista em tecnologia lítica do Pleistoceno Superior, na América do Sul, formado na França, agora entendo as nuances da colonialidade do conhecimento, no contexto de um arcabouço espaço-temporal de mais de 50.000 anos de pré-história. Não podemos, apenas, denunciar uma geopolítica do conhecimento, determinada somente a partir de uma seleção de certas evidências que se ajustam à nossa cosmovisão. O colonialismo do conhecimento não será revertido, desenvolvendo um colonialismo do “não-conhecimento”. O Paleolítico indígena americano é uma realidade, mas não deveríamos primeiro definir e sistematizar critérios em consenso sobre o que é e o que não é aceitável como evidência arqueológica da presença humana antes do Último Máximo Glacial nas Américas, antes de reivindicar o uso do registro arqueológico como correlato de um argumento sobre uma construção política? Ao fazer isso, não estaríamos também cometendo um equívoco semelhante, em que a construção se torna mais ideológica do que científica? Revelar o sistema de opressão colonialista, existente na geopolítica do saber paleoamericano, não passa primeiro por aceitar, que muitas vezes, os arqueólogos que defendem um povoamento pré-UMG são os primeiros a “oprimir” os dados recolhidos em campo?

Paulette Steeves: O que é aceitável, como evidência arqueológica, tanto antes quanto depois do Último Máximo Glacial, foi discutido e aceito tanto na América do Norte quanto na América do Sul. Os critérios científicos são descritos por James Adovasio e Jake Page como:

- Inegáveis artefatos ou vestígios osteológicos que são inconfundivelmente humanos.
- Um contexto indiscutível, como associação estratigráfica direta com vestígios faunísticos extintos do Pleistoceno.
- Um controle válido e confiável sobre a cronologia... o que significava uma estratigrafia imperturbável.

Acrescenta-se, ainda, a presença de várias datações de C14 ou de outros procedimentos de datações, correspondentes a níveis contendo evidências de ocupação humana.

O que deveria ser considerado em relação às evidências de ocupações humanas, em uma área específica, é a incorporação de dados de áreas de estudo afins da arqueologia, como tradição oral, arte rupestre, conhecimento indígena, DNA Sedimentar, biomarcadores humanos e estudos linguísticos. Afinal, a paleobotânica (fontes de alimentos, espécies exóticas) é discutida com base nas evidências de alguns sítios arqueológicos do Pleistoceno, e essa é uma prática que deve ser ampliada para apoiar uma visão holística do passado humano.

A negação do registro arqueológico acerca da presença humana nas Américas, antes de 11.200 a 12.000 anos antes do presente, não se baseia em dados arqueológicos. Ela está firmemente enraizada no racismo histórico e contínuo e no viés da arqueologia americana.

Não há argumento para uma correlação. Há uma história de racismo bem documentada e publicada na arqueologia americana no último século. Racismo e preconceito, na arqueologia americana, são discutidos por estudiosos não arqueólogos e por alguns arqueólogos que ousam contar uma outra história, por exemplo, Tom Dillehay, Allan Bryan, James Adovasio, Steve Holen e outros.

“O limite historicamente incorporado de quadros de tempo recentes (em uma escala de história humana global) para as primeiras migrações humanas para o Hemisfério Ocidental não é, simplesmente, baseado no registro arqueológico; em vez disso, é uma construção política que mantém o poder colonial e o controle sobre a herança indígena, restos materiais e história. Nas academias educacionais americanas e canadenses, a produção de conhecimento ocidental, muitas vezes, permanece profundamente investida em discussões que apagam e desumanizam os povos indígenas. Essa violência epistêmica mantém a colonização e o racismo em andamento e tem sido associada a disparidades sociais e a políticas históricas e contínuas e à discriminação nas populações contemporâneas” (STEEVES, 2021, p. 15).

A maioria dos arqueólogos que faz pesquisas e escavações em sítios arqueológicos pré-máximo glacial (24.000 AP) pode questionar as evidências ou criticar um local, mas não, necessariamente, oprimir todos os dados arqueológicos ou geoarqueológicos de um local. No entanto, isso também depende da datação de um sítio, pois quanto mais antigo o sítio arqueológico, mais criticado e negado ele é. Poucos arqueólogos aceitam sítios nas Américas que datam antes do início do Último Máximo Glacial. Considero isso muito estranho, pois locais anteriores a 24.000 anos antes do presente (AP) são comuns no Hemisfério Oriental. Os humanos estavam amplamente dispersos por todo o Hemisfério Oriental em 24.000 AP e 120.000 AP.

Em uma pesquisa recente que conduzi (ainda não publicada), a maioria dos entrevistados, principalmente arqueólogos, concordou que os humanos provavelmente estavam no Hemisfério Ocidental antes do início do Último Máximo Glacial, antes de 24.000 AP, e a maioria dos arqueólogos negou a legitimidade de sítios que datam de antes de 24.000 AP.

Sibeli Viana: Como arqueóloga e pesquisadora dos fluxos de povoamento humano, no território brasileiro em temporalidades profundas, percebo que o movimento de resistência às datações antigas das ocupações humanas nas Américas está se esfacelando, de acordo com as pesquisas em novos sítios arqueológicos, com datas pleistocênicas. Também contribuí para isso, a descrição densa dos objetos e de seus contextos envolventes. Por exemplo, existem os sítios da Serra da Capivara, de Santa Elina (Brasil), da Caverna Chiquihuite (México), de Monte Verde (Chile), bem como sítios arqueológicos pleistocênicos no Canadá e nos EUA. Outro fator importante que tem contribuído para o retrocesso do modelo *Clovis First* é o crescimento de reflexões decoloniais sobre a prepotência das macronarrativas fundadas na episteme ocidental e espelhadas pela Europa e pelos Estados Unidos, que delinearão uma visão linear e simplista do processo de colonização das Américas. No entanto, em meio a esse contexto, além das “velhas” questões (relacionadas ao questionamento sobre a natureza antrópica dos objetos e so-

bre o contexto estratigráfico, entre outros), a ausência de corpos humanos, em contextos antigos, limita os estudos da antropologia genética. Afinal, em sua percepção, o que é preciso para que as ocupações humanas datadas do Pleistoceno sejam aceitas? Mais dados? Presença de corpos humanos? Contextos mais preservados? Ou uma arqueologia menos colonialista?

Paulette Steeves: Veja os relatórios sobre sítios arqueológicos do Pleistoceno em escala global: há muito mais [contextos arqueológicos] sem restos humanos do que com [presença de] restos humanos. Pense na evolução humana e nas evidências da presença humana em um sítio arqueológico nas áreas que hoje conhecemos como Ásia, Europa ou África. O que é necessário para confirmar uma presença humana, em escala global, são artefatos, fogueiras, ossos modificados, estratigrafia e datação. Portanto, são os mesmos elementos necessários para apoiar as evidências de uma presença humana em outras áreas do mundo, e, isto é o que encontramos em sítios do Pleistoceno nas Américas.

Assim, é necessária é uma arqueologia menos colonial. Logo, para alcançar uma arqueologia menos colonial, é preciso discutir a história da arqueologia colonial, o racismo e o preconceito na arqueologia americana e os impactos deles em nossa compreensão do passado humano. Pela minha experiência, esse é um tópico que deixa muitos arqueólogos americanos desconfortáveis e, às vezes, muito defensivos.

Marcos Paulo de Melo Ramos: Em seu livro “O Paleolítico Indígena do Hemisfério Ocidental”, você usa a noção de “Paleolítico” como uma forma de colocar o que chama de “tecnologias e histórias indígenas” em uma escala mundial reconhecível. Entre as razões para essa escolha, você aponta que quer se opor ao uso do termo “paleoíndio”, que considera ofensivo e cientificamente errado. Nesse sentido, entendemos que o empréstimo que você faz da noção de “Paleolítico”, categoria clássica para se pensar as culturas técnicas do Hemisfério Oriental, visa criar condições para a produção de um quadro de referências de tecnologias de ferramentas ao longo do tempo e do espaço no Hemisfério Ocidental. Minha pergunta é baseada em nossa experiência de pesquisa na América do Sul. À medida que sítios com materiais líticos anteriores ao UMG vêm sendo reconhecidos e estudados, viemos trabalhando no desenvolvimento de novas categorias e novas definições que visam apreender estes materiais antigos nas suas inerentes especificidades tecnológicas. Por exemplo, avançamos as noções de “materiais sutis” ou “materiais de baixa visibilidade arqueológica” para abordar esse registro antigo. O que se observa é que a detecção de tecnicidades, datadas do final do Pleistoceno, está profundamente ligada às análises contextuais que aplicam uma abordagem populacional aos objetos, considerando, ao mesmo tempo, 1) a coesão entre artefatos inferidos como acabados e os eventuais detritos de produção (fragmentos, núcleos, etc.), 2) a consistência de conjuntos de artefatos com potenciais funcionais análogos ligados ao caráter incisivo, e 3) o contexto em que o sítio foi formado e eventuais processos pós-deposicionais. Isso porque a coerência interna de uma única estrutura de artefato tomada individualmente (amostra) quase nunca é suficiente para atestar sua intencionalidade produtiva e funcional: daí a “sutileza” ou a “baixa visibilidade” inerente a esses materiais. Gostaria de perguntar se, atualmente, você não consideraria mais pertinente criar uma noção menos carregada de significados pré-estabelecidos para substituir o uso do termo “Paleolítico” ou se você mantém a sua ideia inicial de que seria mais estratégico continuar com a noção de “Paleolítico”, trabalhando para expandir/superar quaisquer limitações inerentes a ela?

Paulette Steeves: Eldon Yellowhorn, um arqueólogo Blackfoot do Canadá, sugeriu o uso do termo Paleolítico para uma área das Grandes Planícies. Eu escolho usar o termo Paleolítico, porque é um termo globalmente reconhecido para esse período (o Pleistoceno). Como os arqueólogos americanos negaram veementemente a existência de um Paleolítico nas Américas, optei por usar o título O Paleolítico Indígena do Hemisfério Ocidental para contestar os arqueólogos americanos que negam a existência de um Paleolítico nas Américas. É o que chamamos aqui no Canadá de nosso ‘humor indígena’.

Na verdade, acho que o termo Paleolítico ou Paleolítico Indígena é apenas um ponto de partida, e muito mais trabalho precisa ser feito para pensar sobre as terminologias para períodos do Pleistoceno no Hemisfério Ocidental. Logo, ficaria feliz em ouvir seus pensamentos e suas sugestões.

Luana Campos: Por muitos anos a questão da antiguidade da ocupação das Américas foi negada por pesquisadores que não aceitavam outras rotas ou mesmo outras datas de entrada de povos no continente americano. Superada parcialmente essa questão, ainda temos grande dificuldade, pelo menos no Brasil, em relacionar os ocupantes, que poderíamos chamar de “paleoindígenas”, com os grupos indígenas conhecidos nos períodos da história do Brasil. Na sua experiência, existe uma maneira de preencher essa lacuna entre ocupações mais antigas e grupos etnograficamente conhecidos?

Paulette Steeves: O ponto de partida é conversar com grupos indígenas contemporâneos e ouvir suas tradições e suas histórias orais, estudar arte rupestre e observar evidências do comércio transoceânico, como evidências de milho na Índia há milhares de anos. A linguística também desempenha um papel importante, pois podemos obter uma compreensão das terminologias [linguísticas] que podem descrever espécies e eventos do Pleistoceno, ao longo do tempo, mantidos nas línguas indígenas. Pense em como isso ocorreu na Ásia, na África e no Oriente Médio. Em muitas áreas do mundo, não há uma negação tão forte de que os grupos indígenas contemporâneos não sejam descendentes de populações humanas anteriores. Isso, geralmente, ocorre na América do Norte para negar, às populações indígenas contemporâneas, a repatriação de restos e os artefatos ancestrais. É assim que alguns arqueólogos americanos mantêm a propriedade e o controle do que consideram seu capital arqueológico.

Jorge Eremites: Sou professor da Universidade Federal de Pelotas e arqueólogo especialista em etnoarqueologia, etnologia indígena e etnohistória. Desde 1992, venho trabalhando com comunidades indígenas, especialmente no Pantanal e em áreas adjacentes, localizadas na região Centro-Oeste do Brasil. Ao longo da trajetória de minha vida acadêmica, tenho percebido que o termo “pré-história”, formulado na Europa a partir do século XIX, tem sido amplamente utilizado no continente americano para separar a história dos povos indígenas ou originários em dois momentos ou períodos. O primeiro momento, o mais longo, denominado “pré-história”, remete à inevitável ideia de “escuridão”, anterior à chegada de Cristóvão Colombo e de seus comandados à América Central, em 1492. O segundo momento, marcado pelas supostas “luzes” da “história”, trazidas pelos invasores europeus, caracterizado pela escrita ou letramento, teria sido inaugurado com o advento do encontro colonial, iniciado nessa data. Nesse sentido, pergunto se o conceito de “pré-história” deve ou não ser, criticamente, supe-

rado ou suprimido, criticamente, do contexto da arqueologia das Américas, podendo ser substituído pelo termo “arqueologia indígena”, percebido aqui no sentido amplo ou sentido lato sensu, ou seja, como a arqueologia dos povos originários do continente, desde temporalidades pleistocênicas até o momento presente?

Paulette Steeves: Sim, concordo plenamente e acredito que o termo pré-história não deveria nunca ser usado. Há história humana em todas as épocas e lugares. Os conceitos ocidentais de pré-história criam uma visão distorcida e desumanizadora das pessoas que viviam nesse período.

Hudson Melo de Jesus: Sou do grupo indígena Tupinambá e moramos em nosso território na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, na região do baixo curso do Rio Tapajós, Amazonas. Sou graduado em Arqueologia, pela Universidade Federal do Oeste do Pará; Mestre em Arqueologia, pela Universidade Federal de Sergipe, e, recentemente, iniciei o Doutorado em Antropologia Social, na Universidade de Brasília. Participo de pesquisas no âmbito das comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), na região do baixo Tapajós, norte do Brasil, desde 2012. Em seu livro “The Indigenous Paleolithic of the Western Hemisphere”, publicado em 2021, você desafia a visão dominante de que grupos humanos chegaram pela primeira vez à América do Norte, durante a última era glacial e argumenta que o povoamento das Américas pode ter ocorrido em tempo anterior. Você poderia comentar um pouco sobre a cronologia da ocupação abordada em seu livro e a cultura material, sítios arqueológicos e sítios sagrados encontrados?

Paulette Steeves: Existem milhares de sítios arqueológicos anteriores a Clóvis, ou anteriores às primeiras datas aceitas para as tecnologias Clovis, 11.200 anos antes do presente (AP) na área que conhecemos hoje como as Américas.

Sítios arqueológicos do Pleistoceno estão espalhados desde o Alasca até as partes mais meridionais da América do Sul e da Costa Oeste até a Costa Leste das Américas do Norte e do Sul. Os sítios mais antigos datam de cerca de 200.000 anos antes do presente (AP), embora a maioria dos sítios arqueológicos esteja datado entre 11.200 e 50.000 anos AP. Acho que a evidência de uma presença humana na área que conhecemos hoje, como as Américas, antes de 24.000 AP, é sólida e se apoia na tese da presença humana na área que conhecemos hoje como as Américas, há mais de 130.000 anos.

Os primeiros humanos (hominídeos) estavam no norte da Ásia há mais de 2 milhões de anos. Houve inúmeras conexões terrestres nos últimos 2 milhões de anos entre o Hemisfério Oriental (Ásia) e o Hemisfério Ocidental (Alasca). Mamíferos migravam de um hemisfério para outro (*iam e voltavam*), entre o Hemisfério Oriental e o Hemisfério Ocidental, cuja evidência está bem documentada nos registros paleontológicos. É absurdo argumentar que os primeiros humanos não tenham feito o mesmo, migrando entre os continentes, quando havia conexões terrestres viáveis disponíveis.

Para categorizar os recortes temporais das ocupações humanas, na área que atualmente conhecemos como Américas, é necessário realizar discussões e pesquisas relacionadas à cronologia em diferentes períodos e localidades.

Hudson Melo de Jesus: Em um artigo, de 2017, publicado na revista *Archaeologies*, você fala sobre a “descompactação” do controle arqueológico do antigo patrimônio indígena. Como é possível fazer essa “descompactação” na contemporaneidade?

Paulette Steeves: Se você quer dizer descolonização, é possível enfrentar a negação de sítios arqueológicos antigos, mudando a linguagem utilizada pelos arqueólogos. Ser receptivo à inclusão de conhecimentos e às visões de mundo indígenas e de tradições orais, bem como realizar uma arqueologia holística e ampliar a nossa visão do passado humano para considerar a [possibilidade] de uma arqueologia mundial e uma história das migrações humanas, ao longo do tempo, sem impor identidades geopolíticas contemporâneas aos primeiros humanos e aos territórios [que ocupavam no passado]

Luana Campos: Nos últimos anos, principalmente nos últimos 04 anos, as questões indígenas no Brasil ganharam destaque internacional devido à postura do ex-presidente Bolsonaro, contrário às questões indígenas, e que se autodenominava representante da extrema direita. De seu lugar de fala, que impressão ele teve sobre as condições dos povos indígenas no Brasil?

Paulette Steeves: Do Norte, parecia que Bolsonaro teve um impacto muito negativo nos povos indígenas, nos direitos humanos e na democracia.

Marlene de C. Ossami de Moura: Conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação da natureza é o principal desafio da atualidade. O Brasil é um país com enorme biodiversidade, que ocupa o primeiro lugar na lista dos 17 países megadiversos do mundo, e é responsável pela conservação de serviços ecossistêmicos fundamentais para a manutenção da vida no Planeta. Além disso, o Brasil é território de centenas de povos indígenas que mantêm suas culturas tradicionais e protegem a floresta, permitindo o contato com espíritos, com a geração de alimentos, medicamentos, curas para sua geração, no presente e no futuro. No Brasil, muitos projetos de mineração e de energia, apoiados ou tolerados, pelo Estado têm sido realizados, muitas vezes, causando grandes impactos ambientais e sociais. Considerando que o Canadá é muito similar ao Brasil nesse quesito, seja sob gestões conservadoras como a do ex-primeiro-ministro Stephen Joseph Harper, ou de liberais como a de Justin Trudeau, atualmente, quais são as possíveis estratégias que você tem adotado ou percebido entre seus pares em pesquisa arqueológica e/ou preservação da cultura material dos povos originários, quando esse esforço científico conflita com os interesses econômicos avalizados pelo Estado?

Paulette Steeves: Os povos indígenas no Canadá precisam estar vigilantes para proteger seus territórios e lugares culturais. Eu permaneço aberta a apoiar ou a ajudar grupos indígenas a proteger seus territórios e terras tradicionais. Não parece haver um grupo de arqueólogos que tenha formado algum tipo de apoio para fazer isso.

Alguns arqueólogos apoiam grupos indígenas, como os *Sinext*, que foram declarados extintos pelo governo canadense. No entanto, esses grupos mantêm uma presença e um pequeno assentamento em seu território tradicional no sul da Colúmbia Britânica. Como o governo federal é a principal fonte de subsídios para pesquisa no Canadá, isso pode ser um fator que inibe o apoio dos arqueólogos aos povos indígenas.

Alguns arqueólogos canadenses e empresas de gestão de recursos culturais se ofereceram para apoiar as pesquisas em curso, sobre os sepultamentos não devidamente registrados de crianças indígenas nos locais das antigas escolas residenciais no Canadá.

Criei um banco de dados de locais de escolas residenciais no Canadá e lancei um site em criscid.com. Descobri que existem escolas residenciais no Canadá desde 1620, e, então, compilei uma lista de mais de 900 antigos locais de escolas residenciais. É necessário realizar uma pesquisa em todos os antigos locais de escolas residenciais, pois estes são potenciais locais onde podem estar presentes sepultamentos não identificados de crianças indígenas. Embora o governo tenha alegado que existiam menos de 150 locais de antigas escolas residenciais no Canadá, é evidente que, tanto no Canadá como nos EUA, os interesses econômicos dos governos e das empresas privadas, muitas vezes, são priorizados em detrimento da preservação e da proteção do patrimônio indígena.

Entrevistadores/as: Em nome da revista *Habitus*, agradecemos, imensamente, a sua disponibilidade e esperamos que o racismo e o preconceito sejam dissipados na ciência, sobretudo, na arqueologia. Gostaríamos de deixar este espaço aberto para você, com liberdade, tratar de outros assuntos que considere importantes.

Paulette Steeves: Estudei a evolução humana e a presença em escala global para entender as evidências e as possibilidades ambientais das migrações humanas e de mamíferos em todo o mundo. Tem sido esclarecedor remover as barreiras ocidentais e ver o mundo como um só, e os primeiros humanos como seres inteligentes que se adaptaram a novos ambientes.

Foi importante para mim conhecer todos vocês. Sou a única arqueóloga indígena no Canadá e nos EUA que conheço, que concentra suas pesquisas em sítios arqueológicos do Pleistoceno nas Américas. No entanto, continuo acreditando que deve haver outros arqueólogos indígenas pesquisando sítios do Pleistoceno no sul dos EUA e na América do Sul, e estou ansiosa para conhecê-los. Foi muito bom ouvir sobre a pesquisa de vocês.

Por favor, não hesitem em manter contato e em me escrever e-mail a qualquer momento. Contem-me sobre os sítios pleistocênicos e sobre a pesquisa que desenvolvem com as comunidades. Podem me contar ou perguntar qualquer coisa. Ficaria feliz em discutir possibilidades de renomear o Paleolítico Indígena, embora muito trabalho precise ser feito para entender os períodos específicos das ocupações humanas no Hemisfério Ocidental. *E-mail:* Paulette.steeves@algomau.ca

Entrevistadoras e Entrevistadores

Antonio Pérez-Balarezo: Arqueólogo pré-historiador americanista especializado em tecnologia lítica do Pleistoceno tardio na América do Sul e no povoamento inicial das Américas. Possui doutorado em pré-história pela Université Paris Nanterre. Atualmente, trabalha como pesquisador pós-doutorando no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), UMR 7041 ArScAn (Archéologies et Sciences de l'Antiquité), como parte do projeto ANR 20-CE03-0005 SESAME (Paleoecologia humana, evoluções sociais e culturais entre os primeiros assentamentos na América do Sul). É membro principal da Fundação para Estudos do Patrimônio do Pleistoceno, Osorno (FEPP), Chile, e do Center for American Paleolithic Research (CAPR), EUA. *E-mail:* antonio-perezbalarezo@hotmail.com

Hudson Jesus: Doutorando em Antropologia (UNB), Mestre em Arqueologia (UFS) e Bacharel em Arqueologia (UFOPA). Participo de pesquisa em âmbito dos povos indígenas na região do baixo Tapajós, Norte do Brasil, desde o ano de 2012. Atuo,

principalmente, nos seguintes temas: arqueologia, história indígena e etnografia. Recentemente tenho realizado trabalhos de pesquisa como instrumento de atividades de demarcação e retomada de territórios protegidos e tradicionalmente ocupados pela etnia Tupinambá na Resex Tapajós-Arapiuns, rio Tapajós, Amazônia. *E-mail*: melo-hudson@rocketmail.com

Jorge Eremites de Oliveira: Doutor em História/Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), docente da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e bolsista e produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail*: eremites@hotmail.com

Luana Campos: Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Pantanal. Doutora em Arqueologia. Realiza pesquisas no campo das mudanças climáticas e patrimônio, arqueologia e cultura indígena. Coordenadora do Laboratório de Arqueologia do Pantanal. *E-mail*: luana_campos@ufms.br

Marlene Ossami de Moura: Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás/Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) e do Programa de Pós-Graduação em História da PUC Goiás. É doutora em Antropologia pela Universidade Marc Bloch de Strasbourg, França. Atualmente, desenvolve pesquisa no Acervo Audiovisual da PUC Goiás/IGPA, com foco na qualificação das imagens da Coleção Audiovisual Jesco Puttkamer, realizada por membros de grupos indígenas presentes nesta Coleção. *E-mail*: m.ossami@terra.com.

Marcos Paulo de Melo Ramos: Arqueólogo e historiador especializado em tecnologia de objetos líticos incisivos de baixa visibilidade e em questões teórico-metodológicas aplicadas à diagnose e interpretação de materiais arqueológicos. Possui doutorado em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente participa de pesquisas arqueológicas na região sudoeste do estado de Goiás, sob coordenação de Sibeli A. Viana e também participa da missão Franco Brasileira de pesquisas arqueológicas no Piauí, sob coordenação de Eric Boëda. É membro do Center for American Paleolithic Research (CAPR), EUA. *E-mail*: argonauta128@gmail.com

Sibeli A. Viana: Professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás/Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) e do Programa de Pós-Graduação em História da PUC Goiás, onde também atua como vice coordenadora. É doutora em História, com concentração em Arqueologia. Atualmente, desenvolve e coordena pesquisas arqueológicas na região sudoeste do estado de Goiás. *Email*: sibeli@pucgoais.edu.br

Referências

- STEEVES, Paulette. Unpacking neoliberal archaeological control of ancient indigenous heritage. *Archaeologies*, v. 13, p. 48-65, 2017.
- STEEVES, Paulette FC. *The indigenous paleolithic of the Western hemisphere*. U of Nebraska Press, 2021.

INTERVIEW WITH PAULETTE STEEVES FOR A NON COLONIALIST ARCHEOLOGY

It is with pleasure that *Habitus* journal presents, in its 2023 edition, volume 21, n. 1, approaching the subject of *Originary Peoples*, brings an interview with Dr. Paulette Steeves, an indigenous researcher who has made significant contributions to the field of Archeology in deep and non-colonial temporalities. The interview was granted in early March 2022 to professors Antonio Pérez-Balarezo, Hudson Jesus, Jorge Eremites de Oliveira, Luana Campos, Marlene Ossami de Moura, Marcos Paulo de Melo Ramos and Sibeli A. Viana

Paulette Steeves is an indigenous archaeologist of Cree-Meti descent. She is an associate professor at Algoma University. She has received numerous honors, including an Honors Cum Laude title in 2000 from the University of Arkansas and being awarded the Research Canada Chair, Level II, in Indigenous History Healing and Reconciliation.

Our interviewee has taught Anthropology courses at several universities, focusing on Native Americans and the antiquity of human settlement in the Americas. In her latest book, *The Indigenous Paleolithic of the Western Hemisphere*, she defends human occupation of the American continent in the Pleistocene period, therefore, before the Clovis First model. In this work, Steeves also reinforces the importance of the decolonization of the academy and the production of knowledge for the full recognition of the cultural and temporal diversity of the native American peoples of the past and present.

Antonio Perez Balarezo: My origins are humble. I am a mixed Caucasian man with a degree in Archaeology from the Faculty of Social Sciences at Universidad Nacional Mayor de San Marcos in Lima, Peru. This context led me to have contact with Aníbal Quijano's sociology and, consequently, to be highly sensitive to the proposal of the coloniality of power and knowledge since I entered academia. Thus, as students, we understood that the technoscientific rationality of North America was a kind of unique model of knowledge production that extended throughout the entire American continent. South America would therefore be merely a periphery, nourished and "contaminated" by the northern geography and politics. After a decade, now prehistorian and specialist in Late Pleistocene lithic technology in South America, trained in France, I now understand the nuances of the coloniality of knowledge in the context of a space-time framework of over 50,000 years of prehistory. We cannot (only) denounce geopolitics of knowledge determined solely from a selection of certain evidences that fit our worldview. The colonialism of knowledge will not be reversed by developing a colonialism of non-knowledge. Indigenous American Paleolithic is a reality, but shouldn't we first define and systematize criteria in consensus on what is and is not acceptable as archaeological evidence of human presence prior to the Last Glacial Maximum in the Americas, before claiming to use the archaeological record as a correlate of an argument about a political construction? By doing so, wouldn't we also be committing a similar mistake, in which the construction becomes more ideological than scientific? Revealing the existing colonialist oppression system in the geopolitics of paleoamerican knowledge does not pass first through accepting that often, archaeologists who defend a pre-LGM peopling are the first to "oppress" the data collected in the field?

Paulette Steeves: What is acceptable as archaeological evidence, both pre and post, Last Glacial Maximum, has been discussed and accepted in both North and South America.

Scientific criteria are described by James Adovasio and Jake Page as:

- Undeniable artifacts or osteological remains that are unmistakably human.
- An indisputable context, such as direct stratigraphic association with extinct Pleistocene faunal remains.
- A valid and reliable control over chronology . . . which meant an undisturbed stratigraphy.¹
- And several 14c or other dates from levels containing evidence of human occupation.

What should be discussed regarding evidence of human occupations in a specific area is the addition of evidence from related study areas outside of archaeology, such as oral tradition, rock art, Indigenous knowledge, Sed DNA, human biomarkers, and linguistics. After all, paleobotany (food sources, exotic species) is discussed in the evidence for some Pleistocene age archaeological sites, and this is a practice that should be expanded to support a holistic view of the human past.

The denial of the archaeological record of a human presence in the Americas prior 11,200 to 12,000 years before the present is not based on the archaeological record. It is firmly rooted in the historical and ongoing racism and bias in American archaeology. There is no argument for a correlation. There is a well-documented and published history of racism in American archaeology over the last century. Racism and bias in American archaeology are discussed by scholars outside of archaeology and by a few archaeologists who dare to be truth-tellers, for example, Tom Dillehay, Allan Bryan, James Adovasio, Steve Holen and others.

“The historically embedded boundary of recent (on a global human history scale) time frames for first human migrations to the Western Hemisphere is not simply based on the archaeological record; instead, it is a political construct maintaining colonial power and control over Indigenous heritage, material remains, and history. In American and Canadian educational academies, Western knowledge production often remains deeply vested in discussions that erase and dehumanize Indigenous peoples. This epistemic violence maintains ongoing colonization and racism and has been linked to historical and ongoing social and political disparities and discrimination within contemporary populations.” (STEEVES, 2021, p. 15).

The majority of archaeologists who do research and excavations on pre-Late Glacial Maximum (24,000 ybp) archaeological sites may question evidence or critique a site but not necessarily oppress all of a site’s archaeological or geoarchaeological evidence. However, this also depends on the date of a site; the older the archaeological site, the more the critique and denial of the site. Very few archaeologists accept sites in the Americas that date prior to the beginning of the Last Glacial Maximum. I find this very odd as sites that predate 24,000 years before the present (ybp) are common in the Eastern Hemisphere; humans were widely dispersed throughout the Eastern Hemisphere at 24,000 ybp and 120,000 ybp.

In a recent survey I conducted (not yet published), a majority of respondents, mainly archaeologists, agreed that humans were likely in the Western Hemisphere prior to the beginning of the Last Glacial Maximum, prior to 24,000 ybp, and a majority of archaeologists denied the legitimacy of sites dating prior to 24,000 ybp.

Sibeli Viana: As an archaeologist and researcher of the flows of human settlements in Brazilian territory in deep temporality, I perceive that the movement of resistance to the ancient dating of human settlements in the Americas is breaking down as the discoveries of archaeological sites with Pleistocene dating, and the anthropic nature of objects are now described in detail, as well as their contexts. For example, there are the sites of Serra da Capivara, Santa Elina (Brazil), Chiquihuite Cave (Mexico), Monte Verde (Chile), as well as Pleistocene archaeological sites in Canada and the USA. Another important factor that has contributed to the setback of the Clovis First model has been the growth of decolonial reflections on the dominance of macro-narratives founded on the Western episteme and mirrored by Europe and the United States, which outlined a linear and simplistic view of the process of colonization of the Americas. However, in the midst of this context, in addition to the “old” questions (based on doubts about the anthropic nature of objects, the absence of human bodies, the compromise of the stratigraphic context, among others), there is the absence of human bodies in ancient contexts, they limit the actions of genetic anthropology. After all, in your perception, what is needed for human occupations in Pleistocene dating to be accepted? More data? Presence of human bodies? More preserved contexts? Or a less colonialist archeology?

Paulette Steeves: Look at reports on Pleistocene age archaeology sites on a global scale; there are far more without human remains than there are with human remains. Think about human evolution and the evidence of a human presence at an archaeology site in the areas we know today as Asia, Europe, or Africa. What is required to confirm a human presence on a global scale, artifacts, fire pits, modified bone, stratigraphy, and dating, the samethings that are required to support evidence of a human presence in other areas of the world, is what we find at Pleistocene sites in the Americas.

What is needed is a less colonial archaeology. To achieve a less colonial archaeology, we need to discuss the history of colonial archaeology and racism and bias in American archaeology and the impacts on our understanding of the human past. It has been my experience that this is a topic that makes many American archaeologists very uncomfortable and, at times, very angry.

Marcos Paulo de Melo Ramos: In your book “The Indigenous Paleolithic of the Western Hemisphere” you use the notion of “Paleolithic” as a way of placing what you call “indigenous technologies and histories” on a recognizable world scale. Among the reasons for this choice, you point out that you want to oppose the use of the term “Paleo-Indian”, which you consider offensive and scientifically wrong. In this sense, we understand that the borrow that you make of the notion of “Paleolithic”, a classic category for thinking about technical cultures in the Eastern Hemisphere, aims to create conditions for the production of a framework of references of tool technologies through time and space in the Western Hemisphere. My question is based on our research experience in South America. As sites containing lithic materials dated prior to the LGM are being recognized and studied, we have been working on the development of new categories and definitions that aim to apprehend these ancient materials in terms of their inherent technological specificities. For example, we have advanced the notions of “subtle materials” or “materials of low archaeological visibility” to approach this ancient record. What is observed is that the detection of technicities da-

ting from the end of the Pleistocene is deeply linked to the contextual analyzes that apply a populational approach to the objects considering, at the same time, 1) the cohesion between artifacts inferred as finished and the eventual detritus of production (chips, cores, etc.), 2) the consistency of sets of artifacts with analogous functional potentials linked to the incisive character, and 3) the context in which the site was formed and any post-depositional processes. This is because the internal coherence of a single artifact structure taken individually (specimen) is almost never enough to attest to its productional and functional intentionality: hence the “subtlety” or “low visibility” inherent to these materials. I would like to ask if, currently, you would not consider it more pertinent to create a notion less laden with pre-established meanings to replace the use of the term “Paleolithic” or if you maintain your initial idea that it would be more strategic to continue with the notion of “Paleolithic”, working to expand/overcome any limitations inherent to it?

Paulette Steeves: Eldon Yellowhorn, a Blackfoot archaeologist from Canada, suggested using the term Paleolithic for an area of the Great Plains. I choose to use the term Paleolithic as it is a globally recognized term for the time frame (the Pleistocene). Because American archaeologists have strongly denied there was ever a Paleolithic in the Americas, I choose to use the title *The Indigenous Paleolithic of the Western Hemisphere* to push back at American archaeologists who deny there was ever a Paleolithic in the Americas. It is what we call up here in Canada our Indian humor.

Actually, I think the term the Paleolithic or the Indigenous Paleolithic is just a starting place, and a lot more work needs to be done to think about terminologies for Pleistocene time frames in the Western Hemisphere, so I would be happy to hear your thoughts and suggestions.

Luana Campos: For many years the issue of antiquity of the occupation of the Americas was denied by researchers who did not accept other routes or even other times of entry of peoples in the American continent. Having partially overcome this issue, we still have great difficulty, at least in Brazil, in relating the occupants, who we could call “paleoindigenous” with the indigenous groups known during the period of the story. In your experience, is there a way to bridge this gap between older occupations and ethnographically known groups?

Paulette Steeves: It begins with talking to contemporary Indigenous groups and listening to their oral traditions and histories, studying rock art, and looking at evidence of trans-oceanic trade, such as evidence for corn in India thousands of years ago. Linguistics also plays a role as we can gain an understanding of terminologies that may describe Pleistocene species and events across time held within Indigenous languages. Think about how this has been done in Asia, Africa, and the Middle East. In many areas of the world, there is not such a strong denial that contemporary Indigenous groups are not the descendants of earlier human populations. This is often done in North America to deny contemporary Indigenous populations repatriation of ancestral remains and artifacts; it is how some American archaeologists retain ownership and control of what they see as their archaeological capital.

Jorge Eremites de Oliveira: I am a professor at the Federal University of Pelotas and an archaeologist specializing in ethnoarchaeology, indigenous ethnology and ethnohis-

tory. Since 1992 I have been working with indigenous communities, especially in the Pantanal and adjacent areas located in the Midwest region of Brazil. Throughout my academic life, I have realized that the term “prehistory”, formulated in Europe from the 19th century onwards, it has been widely used on the American continent to separate the history of indigenous or original peoples into two moments or periods. The first moment, the longest, called “prehistory”, refers to the inevitable idea of “darkness” prior to the arrival of Christopher Columbus and his men in Central America, in 1492. The second moment, marked by the supposed “lights” of “history” brought by the European invaders, characterized by writing or literacy, would have been inaugurated with the advent of the colonial meeting, which began on that date. In this sense, I ask you if the concept of “prehistory” should or should not be critically overcome or suppressed in the context of the archeology of the Americas, and could be replaced by the term “indigenous archaeology”, understood here in the broad or *lato sensu* sense, that is, like the archeology of the original peoples of the continent, from Pleistocene temporalities to the present moment?

Paulette Steeves: Yes, I totally agree, and I do not think we should ever use the term pre-history. There is human history across time and space. Western concepts of pre-history create false views of pre-historic people, which are dehumanizing.

Hudson Melo de Jesus: I'm from the Tupinambá indigenous group and we live in our territory in the Tapajós-Arapiuns Extractive Reserve, in the area of the lower course of the Tapajós River, Amazon. I have a degree in archeology from the Federal University of Western Pará and a master's degree in archeology from the Federal University of Sergipe, I recently started a doctorate in social anthropology at the University of Brasília. I have been participating in research within the scope of traditional communities (indigenous and quilombola) in the lower Tapajós region, northern Brazil, since 2012.

In your book “The Indigenous Paleolithic of the Western Hemisphere”, published in 2021 you challenge the dominant view that groups of humans first arrived in North America during the last ice age and argue that the peopling of the Americas may have occurred a long time ago before. Could you comment a little about the chronology of occupation addressed in your book and the material culture, archaeological sites and sacred sites found?

Paulette Steeves: There are thousands of archaeological sites that pre-date Clovis, or predate the accepted earliest dates for Clovis technologies, 11,200 years before the present (ybp) in the area we know today as the Americas.

Pleistocene age Archaeological sites are scattered from Alaska to the most southern parts of South America and from the West coast to the East coast of both North and South America. The oldest sites date to around 200,000 years before the present (ybp) though a majority of the archaeological sites date between 11,200 to 50,000 ybp. I think the evidence for a human presence in the area we know today as the Americas prior to 24,000ybp is solid and supports a human presence in the area we know today as the Americas for over 130,000 years.

Early humans (Hominins) were in northern Asia over 2 million years ago. There were land connections numerous times over the last 2 million years between the Eastern Hemisphere (Asia) and the Western Hemisphere (Alaska). Mammals were migrating back and forth between the Eastern Hemisphere and the Western Hemisphere,

and that evidence is well documented in the paleontological records. It is ludicrous to argue that early humans did not do the same, migrating between the continents when there were viable land connections available.

The chronology needs discussions and work to categorize time frames of human occupations of the area we know today as the Americas across time and space.

Hudson Melo de Jesus: In a 2017 article published in the journal *Archaeologies*, you talk about the decompression of archaeological control of ancient indigenous heritage. How is it possible to do this decompression in contemporary times?

Paulette Steeves: If you mean decolonization, it is possible by standing up to the denial of earlier sites, by changing the language archaeologists use, by being open-minded and informed, by including Indigenous knowledge and worldviews, oral traditions, by carrying out holistic archaeology, by expanding our view of the human past to consider a world archaeology and history of human migrations across time without imposing contemporary geopolitical identities onto early humans and or land masses.

Luana Campos: In recent years, especially in the last 04 years, indigenous issues in Brazil have gained international prominence due to the stance of former President Bolsonaro, contrary to indigenous issues, which he called himself, representative of the extreme right. From his place of speech, what impression did he have on the conditions of native peoples in Brazil.

Paulette Steeves: From the North, it looked like Bolsonaro had a very negative impact on Indigenous people, human rights, and democracy.

Marlene de C. Ossami Moura: Reconciling economic development, social inclusion and nature conservation is today's main challenge. Brazil is a country with enormous biodiversity, which occupies the first place in the list of 17 mega diverse countries in the world and is responsible for the conservation of ecosystem services that are fundamental for the maintenance of life on the Planet. In addition, the country is the territory of hundreds of indigenous peoples who maintain their traditional cultures and protect the forest, allowing contact with spirits, the generation of food, medicine, cures for their generation, in the present and in the future. In Brazil, many state-supported or tolerated mining and energy projects have been carried out, often causing major environmental and social impacts. Considering that Canada is very similar to Brazil in this regard, whether under conservative administrations such as former Prime Minister Stephen Joseph Harper, or liberal administrations such as Justin Trudeau, currently, what are the possible strategies that you have adopted or noticed between their peers in research archeology and/or preservation of the material culture of the original peoples, when this scientific effort is in conflict with the economic interests endorsed by the State?

Paulette Steeves: Indigenous people in Canada have to be vigilant to protect their territories and cultural sites. I remain open to supporting or helping Indigenous groups to protect their territories and traditional lands. There does not seem to be a group of archaeologists that have formed any support group to do this.

There are a few archaeologists who are supporting Indigenous groups, such as the Sinext, whom the Canadian government declared extinct. Yet, they maintain a pre-

sence and a small settlement on their traditional territory in Southern British Columbia. As the federal government is the main source of research grants in Canada, this may be a factor silencing archaeologists' support for Indigenous people.

A few Canadian archaeologists and Cultural Resource Management Firms have come forward to support the ongoing search for unmarked burials of Indigenous children at former residential school sites in Canada.

I created a database of residential school sites in Canada and created a website at criscid.com. I found there have been residential schools in Canada since 1620 and on the data base I have listed over 900 former residential school sites. These are all sites where a search for unmarked burials of Indigenous children may be found, so all sites of former residential schools must be searched. The government had claimed there were fewer than 150 former residential school sites in Canada.

However, it seems in Canada and the USA the economic interests of governments and private firms often take precedence over the preservation and protection of Indigenous heritage.

Interviewers: On behalf of the Journal *Habitus*, we greatly appreciate your availability and hope that racism and prejudice will be dispelled in science, above all, in archaeology. We would like to leave this space open for you, with freedom, to deal with other matters that you consider important.

Paulette Steeves: I have studied human evolution and presence on a global scale to understand the evidence for and the environmental possibilities of human and mammalian migrations on a global scale. It has been illuminating to remove Western barriers and see the world as one world, and early humans as intelligent beings that were so adaptive to new environments.

It is so amazing for me to meet you all, in a way, here. I am the only Indigenous archaeologist in Canada and the USA that I know of that has focused their research on Pleistocene archaeology sites of the Americas. I keep saying there have to be other Indigenous archaeologists researching Pleistocene sites South of the USA and in South America, I just need to meet them! So it is so great to hear about your work.

Please do keep in touch and mail me anytime, tell me about Pleistocene sites the work you do with communities, tell me anything or ask me anything. I would be happy to discuss possibilities for renaming the Indigenous Paleolithic, though a lot of work needs to be done to understand specific time frames of human habitations in the Western Hemisphere. Email: Paulette.steeves@algomau.ca

Entrevistadoras e Entrevistadores

Antonio Pérez-Balarezo: Arqueólogo pré-historiador americanista especializado em tecnologia lítica do Pleistoceno tardio na América do Sul e no povoamento inicial das Américas. Possui doutorado em pré-história pela Université Paris Nanterre. Atualmente, trabalha como pesquisador pós-doutorando no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), UMR 7041 ArScAn (Archéologies et Sciences de l'Antiquité), como parte do projeto ANR 20-CE03-0005 SESAME (Paleoecologia humana, evoluções sociais e culturais entre os primeiros assentamentos na América do Sul). É membro principal da Fundação para Estudos do Patrimônio do Pleistoceno, Osorno (FEPP), Chile, e do Center for American Paleolithic Research (CAPR), EUA. E-mail: antonio-

perezbalarezo@hotmail.com

Hudson Jesus: Doutorando em Antropologia (UNB), Mestre em Arqueologia (UFS) e Bacharel em Arqueologia (UFOPA). Participo de pesquisa em âmbito dos povos indígenas na região do baixo Tapajós, Norte do Brasil, desde o ano de 2012. Atuo, principalmente, nos seguintes temas: arqueologia, história indígena e etnografia. Recentemente tenho realizado trabalhos de pesquisa como instrumento de atividades de demarcação e retomada de territórios protegidos e tradicionalmente ocupados pela etnia Tupinambá na Resex Tapajós-Arapiuns, rio Tapajós, Amazônia. *E-mail:* melo-hudson@rocketmail.com

Jorge Eremites de Oliveira: Doutor em História/Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), docente da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e bolsista e produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *E-mail:* eremites@hotmail.com

Luana Campos: Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Pantanal. Doutora em Arqueologia. Realiza pesquisas no campo das mudanças climáticas e patrimônio, arqueologia e cultura indígena. Coordenadora do Laboratório de Arqueologia do Pantanal. *E-mail:* luana_campos@ufms.br

Marlene Ossami de Moura: Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás/Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) e do Programa de Pós-Graduação em História da PUC Goiás. É doutora em Antropologia pela Universidade Marc Bloch de Strasbourg, França. Atualmente, desenvolve pesquisa no Acervo Audiovisual da PUC Goiás/IGPA, com foco na qualificação das imagens da Coleção Audiovisual Jesco Puttkamer, realizada por membros de grupos indígenas presentes nesta Coleção. *E-mail:* m.ossami@terra.com.

Marcos Paulo de Melo Ramos: Arqueólogo e historiador especializado em tecnologia de objetos líticos incisivos de baixa visibilidade e em questões teórico-metodológicas aplicadas à diagnose e interpretação de materiais arqueológicos. Possui doutorado em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente participa de pesquisas arqueológicas na região sudoeste do estado de Goiás, sob coordenação de Sibeli A. Viana e também participa da missão Franco Brasileira de pesquisas arqueológicas no Piauí, sob coordenação de Eric Boëda. É membro do Center for American Paleolithic Research (CAPR), EUA. *E-mail:* argonauta128@gmail.com

Sibeli A. Viana: Professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás/Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) e do Programa de Pós-Graduação em História da PUC Goiás, onde também atua como vice coordenadora. É doutora em História, com concentração em Arqueologia. Atualmente, desenvolve e coordena pesquisas arqueológicas na região sudoeste do estado de Goiás. *E-mail:* sibeli@pucgoais.edu.br

Referências

STEEVES, Paulette. Unpacking neoliberal archaeological control of ancient indigenous heritage. *Archaeologies*, v. 13, p. 48-65, 2017.

STEEVES, Paulette FC. *The indigenous paleolithic of the Western hemisphere*. U of Nebraska Press, 2021.